



2026

OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DO 25 DE ABRIL

ANÁLISE COMPARADA AOS PRIMEIROS DISCURSOS DE
CADA PRESIDENTE

ALL
public affairs

Introdução

O discurso do Presidente da República na Sessão Solene do 25 de Abril constitui um dos momentos mais relevantes de afirmação política e simbólica do Chefe de Estado em Portugal. Ao contrário de outras intervenções institucionais - como o discurso do 10 de Junho, a evocação do 5 de Outubro ou a mensagem de Ano Novo – onde o Presidente discursa perante a sociedade civil, o discurso do 25 de Abril é proferido na Assembleia da República, casa dos deputados, na presença do Governo e restantes representantes políticos. Trata-se, assim, de um momento singular de reflexão dirigido à própria classe política, onde o Presidente não apenas celebra a Revolução dos Cravos, mas também interpreta o estado da democracia e sinaliza caminhos para o seu futuro.

Neste contexto, os primeiros discursos de cada Presidente da República eleito em democracia assumem um significado particular. Funcionam como pontos de situação sobre o regime democrático, articulando memória histórica, diagnóstico político e estabelecimento de prioridades. Este trabalho pretende analisar comparativamente o primeiro discurso de 25 de abril de cada um dos Presidentes da República eleitos desde 1974. Olhamos para os discursos de António Ramalho Eanes (1977), Mário Soares (1986), Jorge Sampaio (1996), Aníbal Cavaco Silva (2006), Marcelo Rebelo de Sousa (2016) e António José Seguro (2026), tomando o mais recente como eixo central da análise. Procuramos identificar padrões comuns, diferenças de abordagem e a evolução das prioridades presidenciais ao longo de cinco décadas de democracia.

Identificamos as semelhanças e divergências que pautaram o exercício da palavra do Presidente da República em cada uma destas Sessões Solene.

Memória de Abril aos olhos de Belém

Um dos traços mais consistentes destes discursos é a centralidade da memória do 25 de Abril enquanto momento fundador e legitimador da democracia portuguesa. Desde o primeiro discurso de António Ramalho Eanes, em que destacou que “as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia”, até ao de António José Seguro, a evocação da revolução surgiu sempre como ponto de partida obrigatório. Mário Soares reforçou que “foi apenas a 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro”; Jorge Sampaio acentuou o papel dos militares que, além de garantirem a liberdade e a democracia, “puseram fim a um regime ditatorial”; Aníbal Cavaco Silva relembrou que foi nesse dia que “Portugal marcou encontro com o futuro”; e Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou que não se podia negar “o que todos devemos ao 25 de Abril de 1974”.

Contudo, o discurso de Seguro introduziu uma nuance relevante. Apesar de assumir que o ponto de partida tem um “valor inquestionável”, o atual Presidente da República assumiu um maior distanciamento histórico face à data, tratando Abril não apenas como memória que deve ser celebrada, mas como referência moral do que o país deve atingir enquanto democracia.

Em todos os discursos, conceitos como a liberdade, a democracia, a igualdade e a justiça social surgiram como pilares fundamentais. Em Eanes, estes valores apareceram como objetivos em consolidação; em Soares, como conquistas irreversíveis; em Sampaio, como base para o aprofundamento da cidadania; em Cavaco Silva, como condições para o desenvolvimento; em Marcelo, como questões mais institucionais, referindo “participação no poder”, “independência dos tribunais” e “liberdades fundamentais”.

Já no caso de Seguro, os valores de Abril foram apresentados não apenas como conquistas, mas como promessas incompletas, particularmente no que diz respeito à igualdade e à justiça social.

As críticas e chamadas de atenção

Apesar do caráter comemorativo destas intervenções, todos os Presidentes utilizam o seu primeiro discurso do 25 de Abril para reconhecer limitações da democracia portuguesa. Esta dimensão crítica constitui, aliás, um dos padrões mais consistentes ao longo das décadas.

Logo em 1977, Eanes apontou fragilidades institucionais e a necessidade de consolidar o regime, lembrando as promessas iniciais: “Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?”. Soares, em 1986, reconheceu que a democratização não eliminou dificuldades económicas e sociais persistentes, assumindo que “os portugueses sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância”. Sampaio, em 1996, insistiu na necessidade de aprofundar a cidadania e combater exclusões, pedindo que a comemoração da data servisse também como “um ato de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.” Cavaco Silva, em 2006, sublinhou os desafios ligados ao crescimento e à competitividade: “ficámos muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social”. Esta linha foi retomada de forma particularmente explícita por Marcelo, que afirmou que seria “míope negar as desilusões, as indignações e as frustrações com a qualidade da democracia”.

O discurso de Seguro inseriu-se também nesta tradição, mas com uma diferença: a centralidade que atribuiu à crítica, fazendo das chamadas de atenção um dos eixos principais do seu discurso. O foco nas desigualdades, na desconfiança em relação às instituições e na necessidade de reforçar a credibilidade democrática traduziu uma mudança de tom: a democracia não deve apenas ser celebrada, deve ser permanentemente exigida.

Seguro cumpriu, assim, uma tendência já presente nos discursos dos seus antecessores, continuando a fazer da intervenção presidencial do 25 de Abril um momento privilegiado de avaliação crítica do regime e da política portuguesa.

Prioridades políticas

A análise comparativa destes discursos revela também uma evolução clara nas prioridades políticas presidenciais, fortemente condicionada pelos contextos históricos de cada período.

Nos discursos de Eanes e Soares, o foco centrou-se na consolidação democrática. Num contexto ainda marcado pelas tensões do pós-revolução, a prioridade era estabilizar as instituições e legitimar o regime. Em 1977, Eanes afirmou que era "imperativo" reanimar a sociedade para que os ideais de Abril não se tornassem "um sonho traído". Nove anos depois, Soares apontou para a necessidade de ter uma "estratégia nacional de desenvolvimento" do país.

Com Sampaio, em 1996, observou-se uma mudança significativa. A democracia, já estabilizada, passou a ser analisada na sua qualidade, com especial atenção à cidadania, à inclusão e à coesão social. Esta preocupação evoluiu em 2006 com Cavaco Silva, que introduziu uma abordagem mais centrada no desempenho económico, associando o sucesso democrático à capacidade de crescimento e modernização do país, que, sugeriu, devia "ganhar a batalha do investimento, do crescimento económico e da criação de riqueza".

O discurso de Marcelo, em 2016, refletiu o contexto pós-crise financeira, aliando o reconhecimento dos sacrifícios sociais que os portugueses tinham atravessado durante o período da troika com um apelo à estabilidade e à moderação. Marcelo procurou reforçar a confiança no sistema político e promover a reconciliação social, no rescaldo das eleições legislativas de 2015, que levaram o PS de volta ao Governo, depois de ficar em segundo lugar e fazer um acordo de legislatura com BE e PCP.

A intervenção de António José Seguro deslocou o foco para a capacidade de resposta da democracia. A preocupação que demonstrou por uma crescente falta de confiança nas instituições indicou que o atual Presidente entende que o desafio já não passa apenas por governar bem, mas por garantir que o sistema responde às expectativas dos cidadãos.

O destaque do discurso de Seguro

“Caros jovens,

Eu não venho pedir-vos que amem o 25 de Abril. Não tenho esse direito. Ninguém ama por decreto ou procuração aquilo que não viveu. Quero apenas dizer-vos de um modo simples:

Quando deixaste de ser obrigado a combater, ir para a guerra – **foi Abril.**

Quando conduzes um carro e não precisaste de autorização do teu marido ou da família – **foi Abril.**

Quando és mulher e viajas sem ter de pedir autorização ao teu companheiro – **foi Abril.**

Quando optas por uma carreira de magistrada ou diplomata e és mulher – **foi Abril.**

Quando a tua mãe e o teu pai foram à urgência e não lhes pediram que pagasse antes de ser tratada – **foi Abril.**

Quando a tua liberdade apela a propor, participar ou assinar uma petição – **foi Abril.**

Quando leste ou partilhaste uma notícia crítica do poder e ninguém bateu à tua porta – **foi Abril.**

Quando votaste, ou decidiste não votar, sem medo de represálias – **foi Abril.”**

O elogio aos portugueses:

Há um padrão comum que atravessa todos os discursos: o elogio aos portugueses enquanto agentes centrais da história democrática. Desde Eanes, reconhecendo que “o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises e derrotar inimigos”, passando por Marcelo, que afirmou que os portugueses “foram os grandes vencedores sobre a crise”, este reconhecimento funcionou sempre como instrumento essencial de valorização democrática e de reforço da coesão nacional.

Sampaio valorizou a participação cívica e o compromisso democrático dos portugueses, afirmando que “o povo português sempre teve a sabedoria de salvaguardar o essencial”. Cavaco Silva destacou a capacidade de adaptação e o esforço coletivo, lembrando que todos deviam assumir a sua quota-parte “enquanto cidadãos”.

No discurso de 2026, Seguro manteve esta tradição, mas introduziu uma nuance importante. O elogio aos portugueses surge intimamente ligado às dificuldades enfrentadas, sendo utilizado não apenas para celebrar o passado, mas para justificar a necessidade de mudança. Ao reconhecer a resiliência dos cidadãos, o Presidente legitimou simultaneamente uma agenda de renovação democrática, reforçando a ideia de que o sistema deve estar à altura daqueles que o sustentam e deixando um alerta importante: “o presente está a hipotecar o futuro dos mais jovens”.

Conclusão

A análise comparativa dos primeiros discursos presidenciais no 25 de Abril revela uma notável continuidade nos seus elementos estruturais: a centralidade da memória de Abril, a afirmação dos valores democráticos, a presença de uma dimensão crítica e o elogio ao povo português.

De uma democracia em consolidação, nos anos 70 e 80, passou-se para uma democracia preocupada com a sua qualidade, desempenho e, mais recentemente, com a sua legitimidade e capacidade de resposta. O discurso deste ano, protagonizado por António José Seguro, inscreve-se plenamente nesta caminhada, mas destaca-se por acentuar mais a dimensão crítica e por procurar aumentar a exigência democrática.

Mais do que celebrar o passado, este discurso aponta para o futuro, refletindo uma democracia que já não está preocupada com a sua afirmação, mas com a sua concretização plena. Nesse sentido, o 25 de Abril mantém-se não apenas como memória fundadora, mas como referência viva para a construção contínua - e sempre inacabada - do regime democrático.

